

São Paulo, 20 de março de 2025.

**Ao**  
**Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Domingos Martins**

**Ref.: Viabilidade financeira, fiscal e orçamentária do plano de custeio**

Em atendimento a Portaria MTP nº1.467/2022 estabelece a obrigatoriedade de realizar, no âmbito da avaliação atuarial, a análise da viabilidade financeira, fiscal e orçamentária do plano de custeio suplementar. Essa análise é essencial para assegurar que o plano de amortização proposto para cobrir eventuais déficits atuariais seja sustentável e compatível com a capacidade econômica do ente federativo.

A viabilidade financeira, fiscal e orçamentária é conduzida com base em informações detalhadas sobre a Receita Corrente Líquida (RCL) e a Despesa Total com Pessoal do ente federativo. Esses dados fornecem uma visão clara da capacidade de o ente cumprir com os aportes necessários ao plano de custeio suplementar, sem comprometer o equilíbrio fiscal ou gerar impactos excessivos em seu orçamento.

A Receita Corrente Líquida é utilizada para calcular o percentual das receitas que será destinado ao pagamento das contribuições suplementares, assegurando que os compromissos previdenciários estejam em sintonia com as receitas disponíveis. A Despesa Total com Pessoal é analisada para verificar se a execução do plano respeita os limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, evitando que o custeio suplementar coloque em risco a gestão fiscal do ente.

Dessa forma, a avaliação atuarial incorpora essa análise obrigatória para garantir que o plano de custeio suplementar seja economicamente viável, tanto no curto quanto no longo prazo, resguardando o equilíbrio financeiro e atuarial do regime de previdência próprio.

Recebidos os dados relativos à Receita Corrente Líquida e à Despesa Total com Pessoal do ente federativo, procedeu-se ao confronto dessas informações com o plano de custeio

apresentado no item **9.2**. Verificou-se que o plano atende ao Limite Máximo estabelecido pela Lei Complementar nº 101/2000 durante todo o período analisado.

É importante destacar a distinção estabelecida pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) quanto à forma de amortização do déficit atuarial. A LRF define que aportes em valores preestabelecidos, destinados à cobertura do déficit atuarial, são considerados recursos vinculados ao RPPS e não configuram despesa com pessoal para fins de observância dos limites fiscais. Em contraste, a amortização do déficit realizada por meio de alíquotas aplicadas sobre a folha de pagamento é classificada como encargo social e, portanto, computada como despesa com pessoal, sujeita aos limites impostos pela LRF.

Os aportes em valores preestabelecidos devem ser administrados e contabilizados de forma segregada, permanecendo aplicados por um período mínimo de 5 anos antes de serem utilizados para o pagamento de benefícios previdenciários.

No que diz respeito à capacidade do ente federativo de suportar o ônus do plano de amortização, deve-se enfatizar a dificuldade dos profissionais da Ciência Atuarial em emitir juízo de valor sobre variáveis específicas da administração municipal, as quais estão além do escopo da avaliação atuarial. Esta última se concentra em retratar um momento específico, capturando os valores dos ativos garantidores e calculando as provisões matemáticas com base em dados cadastrais de um determinado período. A avaliação utiliza hipóteses e premissas predefinidas para projetar o tamanho do compromisso futuro com cada segurado, trazendo esse compromisso para o presente mediante o uso de novas hipóteses e taxas de desconto. O objetivo é fornecer ao RPPS uma estimativa clara de sua responsabilidade e sugerir abordagens adequadas para o tratamento dessa obrigação.

Confrontada a relação entre a Receita Corrente Líquida, a Despesa Total com Pessoal do ente federativo, os valores previstos para o custeio suplementar e os parâmetros da Lei de Responsabilidade Fiscal, apresentando as situações envolvendo a aplicação de alíquotas ou aportes no plano de custeio suplementar, conforme segue:

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	96 389 107,87
Pessoal Ativo	85 582 891,99
Pessoal Inativo e Pensionistas	10 806 215,88
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	14 175 103,35
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	556 470,41
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	17 563,08
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	23 474,53
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	10 769 949,57
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	82 214 004,52
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	82 214 682,55

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	218 095 644,04
% do DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	37,7%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	54,0%
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	51,3%
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - <%>	48,6%

## 01 - Histórico

Ente:	Domingos Martins
Ano base da Avaliação	2025
Data Base:	31/12/2024
Data Cálculo:	31/12/2024

	Calculado	Informado
Contribuições do Ente + Parcelamentos (Ano: 2024)		9 271 810,07
Despesas do RPPS- Benefícios e Administrativas (Ano: 2024)		9 271 810,07
Despesa com Pessoal (exceto RPPS)	72 942 194,45	
Dívida Consolidada Líquida – DCL		-81 507 169,03
Resultado Atuarial		-5 737 497,54
Média - RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	3,66%	
Média - DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL	1,50%	

ANO	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL	Inflação do Ano	Inflação Acumulada	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL
2014	88 631 221,73	42 102 751,00	6,41%	85,90%	154 840 584,51	73 554 380,13		
2015	91 942 797,90	42 878 712,85	10,67%	74,70%	145 139 583,30	67 687 721,69	-6,27%	-7,98%
2016	97 222 632,19	45 092 970,14	6,29%	57,86%	144 391 997,41	66 970 661,88	-0,52%	-1,06%
2017	96 607 111,28	44 192 505,58	2,95%	48,52%	139 366 532,40	63 752 617,99	-3,48%	-4,81%
2018	108 447 367,98	46 908 773,43	3,75%	44,26%	150 792 697,07	65 225 192,58	8,20%	2,31%
2019	121 629 139,77	51 643 166,55	4,31%	39,05%	162 133 583,88	68 841 164,97	7,52%	5,54%
2020	130 583 597,80	52 343 067,26	4,52%	33,30%	166 542 307,03	66 756 739,17	2,72%	-3,03%
2021	147 011 544,96	54 044 928,95	10,06%	27,54%	170 356 174,73	62 626 968,26	2,29%	-6,19%
2022	178 179 253,21	71 818 874,03	5,78%	15,88%	195 191 099,15	78 675 854,28	14,58%	25,63%
2023	190 653 903,49	80 010 074,17	4,62%	9,55%	199 633 702,34	83 778 548,66	2,28%	6,49%
2024	218 095 644,04	82 214 004,52	4,71%	4,71%	218 095 644,04	82 214 004,52	9,25%	-1,87%

02 - Incremento do Custeio Especial proposto na RCL projetada do Ente

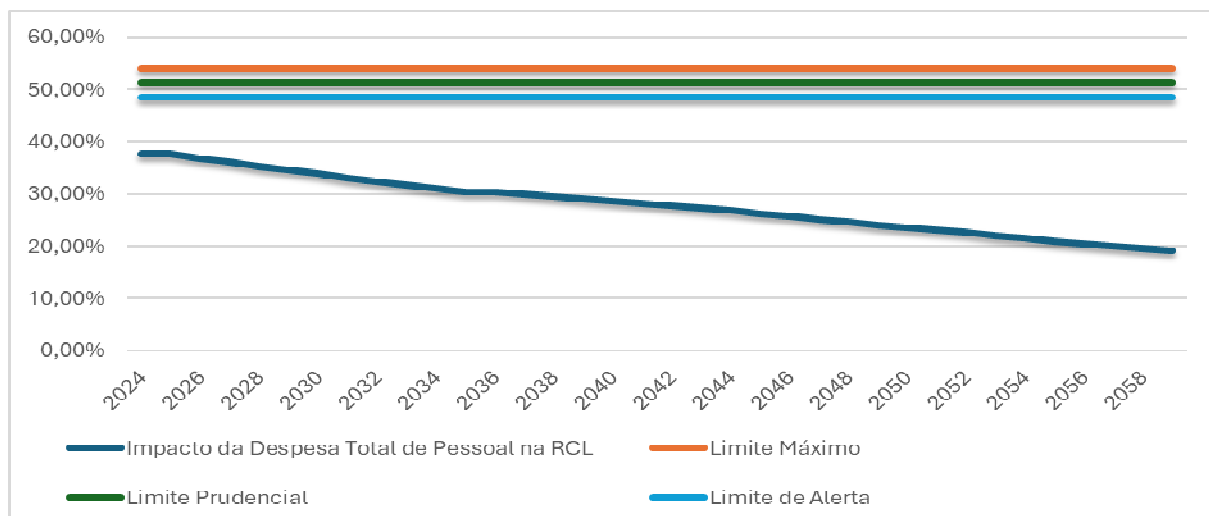
Ente: Domingos Martins

Impacto do deficit atuarial após a inclusão no Quociente do Limite de Endividamento

-40,00%

ANO	No.	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	Despesa com Pessoal (exceto RPPS)	Pessoal Ativo Efetivo (Código 109001 - GA + GF - Todos os Planos)	Aposentadorias e Pensões (Códigos 210000 e 220000)	Contribuição Patronal (Código 121000 - Todos os Planos)	Contribuição Suplementar (Código 130101 - Todos os Planos)	Parcelamentos (Código 130201 - Todos os Planos)	Valor Atual da Cobertura da Insuficiência Financeira (Código 139001)	Insuficiência ou Excedente Financeiro (Código 250001 - Todos os Planos)	Despesa com Pessoal - LRF	Evolução dos Recursos Garantidores (Código 290001)
2024	0	218.095.644,04	72.942.194,45	25.447.774,63	10.806.215,88	5.089.554,93	4.071.148,95	-	-	2.485.239,04	82.102.898,32	108.494.913,36
2025	1	226.071.448,71	74.039.494,02	25.702.252,38	9.985.116,27	5.140.450,48	6.065.731,56	-	-	4.577.216,92	85.245.676,06	118.711.011,54
2026	2	234.338.930,27	75.153.300,73	25.959.274,90	10.370.391,59	5.191.854,98	6.126.388,88	-	-	4.337.564,93	86.471.544,59	129.201.357,99
2027	3	242.908.735,42	76.283.862,89	26.218.867,65	11.307.611,51	5.243.773,53	6.187.652,77	-	-	3.547.424,58	87.715.289,19	139.415.413,64
2028	4	251.791.980,92	77.431.432,56	26.481.056,33	12.058.766,92	5.296.211,27	6.249.529,29	-	-	2.944.819,53	88.977.173,12	149.531.423,38
2029	5	261.000.067,88	78.596.265,60	26.745.866,89	12.704.242,10	5.349.173,38	6.312.024,59	-	-	2.449.380,22	90.257.463,57	159.654.289,77
2030	6	270.544.896,57	79.778.621,71	27.013.325,56	13.330.853,28	5.402.665,11	6.375.144,83	-	-	1.974.305,26	91.556.431,65	169.805.244,45
2031	7	280.438.781,70	80.978.764,48	27.283.458,82	13.767.658,84	5.456.691,76	6.438.896,28	-	-	1.690.551,28	92.874.352,53	180.181.907,20
2032	8	290.694.488,34	82.196.961,50	27.556.293,41	14.405.769,04	5.511.258,68	6.503.285,24	-	-	1.207.023,19	94.211.505,43	190.590.908,21
2033	9	301.325.248,38	83.433.484,36	27.831.856,34	14.894.037,18	5.566.371,27	6.568.318,10	-	-	874.882,97	95.568.173,73	201.189.134,18
2034	10	312.344.777,61	84.688.608,75	28.110.174,90	15.034.257,84	5.622.034,98	6.634.001,28	-	-	892.351,51	96.944.645,00	212.344.722,96
2035	11	323.607.533,03	85.962.614,49	28.391.276,65	15.981.571,86	5.678.255,33	6.700.341,29	-	-	104.303,58	98.341.211,11	223.260.027,46
2036	12	335.607.533,03	87.255.785,62	28.675.189,42	18.277.858,89	5.735.037,88	6.767.344,70	-	-	(2.031.124,70)	101.789.292,90	232.541.146,04
2037	13	347.880.772,79	88.568.410,46	28.961.941,31	19.379.753,99	5.792.388,26	6.835.018,15	-	-	(2.970.552,45)	104.166.369,32	241.331.337,36
2038	14	360.602.847,57	89.900.781,66	29.251.560,73	20.619.108,75	5.850.312,15	6.903.368,33	-	-	(4.045.815,19)	106.700.277,33	249.466.321,25
2039	15	373.790.171,36	91.253.196,27	29.544.076,33	21.261.239,14	5.908.815,27	6.972.402,01	-	-	(4.522.212,65)	108.656.626,20	257.526.854,04
2040	16	387.459.758,42	92.625.955,81	29.839.517,10	22.118.721,30	5.967.903,42	7.042.126,03	-	-	(5.212.304,54)	110.848.289,81	265.290.013,21
2041	17	401.629.245,23	94.019.366,35	30.137.912,27	23.336.043,13	6.027.582,45	7.112.547,30	-	-	(6.260.562,21)	113.420.038,30	272.373.381,37
2042	18	416.316.913,22	95.433.738,53	30.439.291,39	24.139.633,02	6.087.858,28	7.183.672,77	-	-	(6.893.397,29)	115.598.666,87	279.168.352,23
2043	19	431.541.712,39	96.869.387,69	30.743.684,30	24.863.593,23	6.148.736,86	7.255.509,50	-	-	(7.444.895,14)	117.718.529,19	285.743.653,63
2044	20	447.323.285,75	98.326.633,93	31.051.121,15	25.472.039,28	6.210.224,23	7.328.064,59	-	-	(7.879.154,21)	119.744.076,95	292.208.326,92
2045	21	463.681.994,64	99.805.802,11	31.361.632,36	25.765.631,32	6.272.326,47	7.401.345,24	-	-	(7.996.817,40)	121.476.291,23	298.881.394,35
2046	22	480.638.945,04	101.307.222,04	31.675.248,68	26.121.642,85	6.335.049,74	7.475.358,69	-	-	(8.175.140,79)	123.292.771,25	305.711.259,20
2047	23	498.216.014,76	102.831.228,45	31.992.021,17	26.637.242,97	6.398.400,23	7.550.112,28	-	-	(8.511.275,89)	125.291.016,85	312.544.074,43
2048	24	516.435.881,71	104.378.161,11	32.311.921,18	26.855.131,00	6.462.384,24	7.625.613,40	-	-	(8.547.904,25)	127.014.063,00	319.687.119,41
2049	25	535.322.053,12	105.948.364,92	32.635.040,39	26.998.328,47	6.527.008,08	7.701.869,53	-	-	(8.508.029,45)	128.685.271,99	327.234.634,98
2050	26	554.898.895,89	107.542.189,96	32.961.390,80	27.067.638,67	6.592.278,16	7.778.888,23	-	-	(9.154.219,01)	130.305.793,01	335.284.853,73
2051	27	575.191.668,01	109.159.991,57	33.291.004,71	28.016.173,03	6.658.200,94	7.856.677,11	-	-	(9.062.173,56)	132.829.088,62	342.963.658,90
2052	28	596.226.551,18	110.802.130,43	33.623.914,75	28.112.747,13	6.724.782,95	7.935.243,88	-	-	(8.748.304,53)	134.524.330,82	351.127.703,26
2053	29	618.030.684,56	112.468.972,67	33.960.153,90	27.989.383,83	6.792.030,78	8.014.596,32	-	-	(8.398.133,28)	136.023.904,30	360.029.154,48
2054	30	640.632.199,78	114.160.889,90	34.299.755,44	27.831.623,38	6.859.951,09	8.094.742,28	-	-	(8.073.589,98)	137.513.716,55	369.742.772,67
2055	31	664.060.257,29	115.878.259,35	34.642.752,99	27.701.414,98	6.928.550,60	8.175.689,71	-	-	(8.406.831,63)	139.056.089,64	380.283.616,95
2056	32	688.345.083,91	117.621.463,89	34.989.180,52	28.342.967,49	6.997.836,10	8.257.446,60	-	-	(8.518.864,24)	141.395.610,84	390.904.383,71
2057	33	713.518.011,86	119.390.892,18	35.339.072,33	28.429.175,91	7.067.814,47	8.340.021,07	-	-	(16.539.997,62)	143.205.559,35	402.180.631,34
2058	34	739.611.519,22	121.186.938,71	35.692.463,05	28.369.029,28	7.138.492,61	-	-	-	(16.539.997,62)	144.895.314,15	405.660.039,13
2059	35	766.659.271,75	123.010.003,91	36.049.387,68	28.457.135,53	7.209.877,54	-	-	-	(16.539.997,62)	146.759.879,07	409.347.194,56

ANO	No.	Impacto da Despesa Total de Pessoal na RCL	Relação com Limite Prudencial (Parágrafo único do art. 22 da LRF)	Resultado Financeiro
2024	0	37,65%	-26,62%	
2025	1	37,71%	-26,50%	9,42%
2026	2	36,90%	-28,07%	8,84%
2027	3	36,11%	-29,61%	7,91%
2028	4	35,34%	-31,12%	7,26%
2029	5	34,58%	-32,59%	6,77%
2030	6	33,84%	-34,03%	6,36%
2031	7	33,12%	-35,44%	6,11%
2032	8	32,41%	-36,82%	5,78%
2033	9	31,72%	-38,18%	5,56%
2034	10	31,04%	-39,50%	5,54%
2035	11	30,37%	-40,79%	5,14%
2036	12	30,33%	-40,88%	4,16%
2037	13	29,94%	-41,63%	3,78%
2038	14	29,59%	-42,32%	3,37%
2039	15	29,07%	-43,34%	3,23%
2040	16	28,61%	-44,23%	3,01%
2041	17	28,24%	-44,95%	2,67%
2042	18	27,77%	-45,87%	2,49%
2043	19	27,28%	-46,83%	2,36%
2044	20	26,77%	-47,82%	2,26%
2045	21	26,20%	-48,93%	2,28%
2046	22	25,65%	-50,00%	2,29%
2047	23	25,15%	-50,98%	2,24%
2048	24	24,59%	-52,06%	2,29%
2049	25	24,04%	-53,14%	2,36%
2050	26	23,48%	-54,22%	2,46%
2051	27	23,09%	-54,98%	2,29%
2052	28	22,56%	-56,02%	2,38%
2053	29	22,01%	-57,10%	2,54%
2054	30	21,47%	-58,16%	2,70%
2055	31	20,94%	-59,18%	2,85%
2056	32	20,54%	-59,96%	2,79%
2057	33	20,07%	-60,88%	2,88%
2058	34	19,59%	-61,81%	0,87%
2059	35	19,14%	-62,68%	0,91%



Importante mencionar que a forma de amortização do deficit atuarial mediante realização de aportes em valores preestabelecidos, e não por incidência de alíquota, configura recurso vinculado ao RPPS, não representando peso a ser computado entre as despesas com pessoal na contabilização do ente federativo.

Diante desse cenário, manifestamos nosso entendimento quanto à adequação do plano de custeio em vigor, considerando a busca pelo equilíbrio financeiro e atuarial do sistema, bem como os recursos técnicos atuariais disponíveis. Reiteramos, contudo, a complexidade gerada pela manipulação de incertezas inerentes aos dados, premissas, estimativas e projeções, cujos impactos são imprevisíveis. Esses fatores influenciam diretamente as decisões a serem tomadas pelos poderes municipais, que enfrentam variáveis dinâmicas relacionadas à arrecadação, gestão de pessoal, dissídios coletivos e outras componentes que vão além do alcance de um estudo atuarial, posicionado em uma data fixa e limitada no contexto da intrincada administração pública.

Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Atenciosamente,



**Escritório Técnico Atuarial**  
Richard Mendes Dutzmann  
Sócio - Diretor